

Uma proposta para o Nordeste WASHINGTON NOVAES

No mesmo dia em que se examinavam em Brasília, nos seminários sobre a Agenda 21 brasileira, propostas para uma agricultura sustentável nos diversos biomas do País - inclusive no semiárido nordestino -, os jornais noticiavam a intensificação do racionamento de água na região metropolitana do Recife, onde 33% da população será abastecido apenas um dia em cada dez, enquanto no restante da área haverá água durante 20 horas a cada cinco dias.

Já não espanta. Vários estudos, principalmente do professor Aldo Rebouças, da Universidade de São Paulo, têm mostrado que Pernambuco é, de fato, o único Estado brasileiro em situação "crítica" em matéria de recursos hídricos, com consumo acima de 20% da disponibilidade. Mas o professor Rebouças tem mostrado também que ali, como em todo o Nordeste, a má gestão dos recursos hídricos, aliada ao uso político-eleitoral de recursos públicos na área, responde, muito mais que a própria natureza, pelos dramas que se sucedem interminavelmente.

Por essas e muitas outras razões, precisa merecer a maior atenção dos responsáveis por políticas públicas no Nordeste uma proposta recomendada no seminário sobre agricultura sustentável (Agenda 21 brasileira) e que parece ser capaz de colocar novas bases para soluções nessa região do País. Trata-se de Base Zero Ano 2000 - Mudança de Paradigma na Produção Agroambiental nos Trópicos Secos, que vem sendo aperfeiçoada desde 1969 por seu autor, o engenheiro pernambucano José Artur Padilha. E tenta reverter o quadro no semi-árido, uma região que, segundo o documento-base do seminário, "sofreu uma abordagem econômica absolutamente imprópria quanto à sua ecologia - usufruiu-se sofregamente capital ambiental como se se estivesse usufruindo renda".

Exatamente por isso, a proposta de Padilha parte de um princípio correto - coloca a questão ambiental no início, na base de tudo, e não no meio ou no final, como um "constrangimento" a superar ou uma "variável" a considerar juntamente e em pé de igualdade com outras, principalmente econômicas, ao longo do processo.

Em última instância, o sistema desenvolvido em Afogados da Ingazeira (PE) visa à gestão ótima dos recursos hídricos de uma hidrobacia, por meio de barramentos encadeados, sob a forma de arcos romanos deitados e rampados, construídos exclusivamente com pedras secas e sem utilização de argamassa nem escavação para fundações.

Nessa sucessão de barramentos, uma parte dos minerais e materiais orgânicos diluídos ou transportados pelas águas das chuvas veda gradualmente os interstícios das pedras. Os enxurros, em vez de contribuírem apenas para o assoreamento dos leitos secos, são decantados e sedimentados em camadas, regularizam a superfície dos terraços em formação, que se umidificam e fertilizam, permitindo a regeneração da biodiversidade.

Nesses espaços refertilizados, torna-se possível principalmente a agricultura familiar, aliada ou não à pecuária. Com custos muito baixos, comparados com os de outras alternativas, recupera-se o solo, assegura-se o abastecimento de água e a integração econômica da flora (e da fauna) nativa, que, segundo Padilha, deve ser preservada em 96% no semi-árido.

A diferença marcante do sistema em relação a outras iniciativas está em partir da interação meio ambiente e ação social. Padilha lembra os estudos de Howard Odum, da Universidade da Flórida, segundo os quais a gestão e os serviços agrícolas executados pela ação humana correspondem a 141 unidades de energia por metro quadrado, comparadas, no mesmo espaço, com 1,5 milhão de unidades que ingressam a partir do meio ambiente. Ou seja, 99,99% de energia vem do meio ambiente.

Como ao longo de cinco séculos de ocupação não se levou isso em consideração, "o que a natureza levou tanto tempo para construir foi dilapidado em apenas algumas centenas de anos". O capital ecológico foi apropriado como renda por minorias, deixando atrás a devastação e a miséria.

O sistema proposto por Padilha "é especialmente aplicável a estabelecimentos agrícolas que operem em regime familiar e em situações economicamente deprimidas". Seria o caso, principalmente, dos assentamentos para reforma agrária nos sertões nordestinos. Mas o autor considera possível adaptá-lo a outros tipos de estabelecimento e a outras zonas tropicais fora do semiárido, em futuro próximo.

No semiárido, em cada microbacia hidrográfica (MBH), com dimensão média de 2 mil hectares, se poderia viabilizar o desenvolvimento sustentável para 40 a 50 famílias, cada uma com 40 a 50 hectares. Como hipótese, no Polígono das Secas, com 800 mil km², seriam 80 milhões de hectares, capazes de receber 2 milhões de famílias, gerando cerca de 6 milhões de postos de trabalho rurais - "uma ocupação sazonalmente variável, numa razão de três postos por família, durante quatro a oito meses por ano e dois a três dias por semana. Tal ocupação vai beneficiar, no conjunto, algo como 10 milhões de pessoas no campo, à razão de cinco pessoas por família".

Em cada MBH seria possível sustentar 500 bovinos, 2 mil caprinos/ovinos, 250 colméias, 30 hectares de agricultura sazonal para consumo familiar e 60 hectares de fruticultura de ciclos naturais. Supondo a extensão para os 80 milhões de hectares, seriam 20 milhões de bovinos, com desfrute de 6 milhões por ano, no valor de R\$1,2 bilhão/ano; 80 milhões de caprinos/ovinos, com desfrute de 24 milhões ano, no valor de R\$960 milhões; 10 milhões de colméias, com 30 milhões de quilos de mel/ano, no valor de R\$75 milhões/ano; 1,2 milhão de hectares de agricultura familiar e 2,4 milhões de hectares de fruticultura (com valor ainda não quantificado). Só a renda monetária seria superior a R\$2 bilhões/ano, sem falar em outros produtos e subprodutos. Seriam mais de R\$ 1 mil de renda monetária por família, sem contar o valor da produção agrícola utilizada no auto-sustento.

A implantação em larga escala de tal sistema exigiria o treinamento prévio de agentes e condicionar a concessão de créditos públicos à existência de um plano diretor. Mas permitiria, como observa Padilha, estancar o desperdício de recursos públicos em investimentos insustentáveis e/ou inviáveis ao longo do tempo.

A experiência de várias décadas no Nordeste e em outras regiões do País levou José Artur Padilha a fazer uma advertência durante as discussões sobre a Agenda 21 brasileira: os ocupantes dos outros biomas brasileiros deveriam olhar o semi-árido como o seu "retrato amanhã", se continuarem nos rumos insustentáveis em que nos metemos. Principalmente os cerrados brasileiros, a seu ver "mais frágeis que o semi-árido" - mas onde se continua apropriando capital ambiental em alta velocidade, como se renda fosse.

É mais uma voz, que se soma a tantas outras, a nos lembrar que precisamos criar e implantar modelos que se baseiem em nossas especificidades tropicais, e não em fórmulas insustentáveis, trazidas de outras latitudes. É a nossa melhor possibilidade, nossa grande vantagem comparativa.

<http://www1.estado.com.br/edicao/pano/99/05/06/ARTTIT1 .HTM>